

DPF só abrirá inquérito sobre

JORNAL DE BRASÍLIA 11 FEV 1988

cartazes se acusados pedirem

A Polícia Federal, através de seu superintendente regional, de Brasília, Roberto Miguel da Mota, informou ontem que a abertura de inquérito contra a diretoria do Sindicato dos Bancários do DF, onde na última terça-feira foram apreendidos 2.980 cartazes que denunciavam como "traidores do povo", políticos do Centrão, depende da apresentação, àquele órgão, por parte dos parlamentares acusados, de uma representação formal por escrito, fazendo a solicitação.

A ordem para a apreensão dos cartazes que acusam os parlamentares Waldir Campello e Jofran Frejat do PFL-DF; Francisco Carneiro, Márcia Kubitschek e o senador Meira Filho, todos integrantes do PMDB-DF, se-

gundo Mota, chegou por telex no final da tarde de terça-feira, vinda da Procuradoria Geral da República, assinada pelo procurador Sepúlveda Pertence. No texto o pedido de "providências policiais contra a impressão e fixação dos cartazes", em diversos pontos das cidades satélites e Plano Piloto.

Mas o assessor de imprensa de Sepúlveda Pertence, Solon Dias, negou a versão apresentada por Mota, alegando que o Procurador não determinou a apreensão dos cartazes e que apenas "retransmitiu" ao delegado Romeu Tuma, o ofício que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, lhe enviara, solicitando "providências que entender cabíveis sobre a apuração da origem e responsáveis.

além da apreensão dos cartazes". No final da mensagem assinada por Pertence, o pedido para que "a Procuradoria Geral da República fosse sempre informada das diligências consequentes".

Número do Telex

Por sua vez, a advogada do Sindicato dos Bancários, Auta Gagliard Madeira, revelou que "o Procurador Geral realmente enviou telex ao superintendente da Polícia Federal, determinando a apreensão dos cartazes na sede da entidade". Para provar sua afirmação, disse o número do telex com a ordem de Pertence: "TX 960 A/C 081029, de 08/02/88", ao qual teve acesso, ao lado de Iburimar Oliveira, outro advogado da categoria, na sede da superintendência.

Atingidos não farão queixa

Os deputados Márcia Kubitschek e Francisco Carneiro, além do senador Meira Filho, todos do PMDB-DF e membros do Centrão não pretendem entrar com queixa-crime contra o Sindicato dos Bancários pela distribuição dos cartazes que os acusam de "traidores do povo". A razão alegada é que, "mesmo sendo inverídicos, caluniosos e difamadores", os panfletos não representam o conjunto do pensamento dos bancários, mas só de uma "minoría radical de esquerda", que tentou pressionar os constituintes de "forma injuriosa", agindo em nome de toda a categoria.

Segundo o senador Meira Filho, as votações no plenário da Constituinte dirão quem "está de fato do lado dos trabalhadores e das causas sociais avançadas". Situação que, de acordo com a deputada Márcia Kubitschek,

ainda não pôde ser verificada já que poucos artigos foram votados, embora ressalte que "sua consciência sempre apontará a melhor alternativa para a vida do trabalhador".

Julgamento

O deputado Francisco Carneiro concorda com o pensamento de seus companheiros de bancada e enfatiza que, se entrar com o processo contra o Sindicato dos Bancários, seria dar relevância "a um comportamento discriminante da esquerda". Além do que, ressaltou, várias propostas suas apresentadas aos diversos órgãos da Constituinte defenderam os trabalhadores, tais como a semana de 40 horas e a aposentadoria integral, cabendo a seu eleitorado conferir as votações e julgar se está ou não lutando pelos direitos dos trabalhadores.

Senador critica ação policial

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF), ex-presidente da OAB no Distrito Federal, condenou as invasões dos sindicatos de bancários, em Brasília e em São Paulo, pela Polícia Federal, para recolhimento de cartazes contra constituintes do Centrão.

"Como tais invasões se processaram sem mandato judicial" — disse Corrêa —, configurou-se no caso, a meu ver, uma violência policial".

Para o senador pedetista, os cartazes referentes aos constituintes do Centrão, eleitos no Rio e em São Paulo, podem constituir crime de honra, pelo fato de conterem a inscrição "traidores do povo". "Seria preciso, porém, nesse caso, que os atingidos representassem ao procurador-geral e isso, ao que consta, não aconteceu".

Segundo Corrêa, o ato do presidente da Constituinte, de remeter uma nota de protesto à Procuradoria, contra os cartazes "traidores do povo", não constitui representação, nos termos da lei. Tanto isso é verdade, comentou,

que o procurador da República se limitou a transferir o problema para a polícia Federal.

Além disso, os próprios delegados que invadiram os dois sindicatos não atuaram os dirigentes sindicais, sob cuja responsabilidade encontraram os cartazes apreendidos.

Para Maurício Corrêa, outro aspecto dessa questão é o que envolve, relativamente aos cartazes o pensamento e o direito de expressão dos eleitores. "Ainda que houvesse crime contra a honra" — disse ele —, "seria de se indagar se os eleitores, responsáveis pela elaboração dos cartazes em causa, não têm o direito de se sentir traído pelos representantes".

O presidente nacional do PT, Olívio Dutra (RS), sublinhou que "no caso, as críticas aos constituintes do Centrão carecem de competência". Para ele, elas podem conter incorreções quanto ao procedimento de constituintes que, "em muitos assuntos, estão do lado dos trabalhadores".

Lula vai a Ulysses e faz advertências

Informado, no início da noite, da invasão do Sindicato dos Bancários do Rio, o candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, dirigiu-se ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para adverti-lo de que se ele não tomar providências para conter a ação policial contra os sindicatos, todos os 16 integrantes da bancada do Partido dos Trabalhadores ocuparão a tribuna da Assembleia para denunciar sua omissão.

O presidente do PT, Olívio Dutra, lembrou que foi o próprio Ulysses que pediu a intervenção da Polícia Federal contra as organizações que estavam distribuindo cartazes denunciando os integrantes do "Centrão", como "traidores do povo". A resposta ao seu pedido, segundo o dirigente petista foi imediata, "em contraste com a lentidão registrada em relação às dezenas de pedidos de informação sobre corrupção e abusos cometidos por autoridades".

Ainda segundo o presidente do PT, Ulysses decidiu acionar a Polícia Federal, "atendendo às pressões do Centrão" quando o PT já tomava providências para corrigir algumas "injustiças" contidas nos cartazes.

Considerando Ulysses "responsável direto pela repressão policial, porque foi ele que a pediu, enquanto presidente da Constituinte, e a executou, enquanto presidente em exercício da República", o líder do PC do B, Haroldo Lima, afirmou que as últimas ações da Polícia Federal "são comparáveis àquelas assistidas nos piores momentos dos governos militares".

O líder do PDT, Brandão Monteiro, também condenou a iniciativa de Ulysses de pedir a ação da Polícia Federal, considerando legítima a pressão popular sobre os Constituintes e levando em conta que a expressão "traidores" é uma colocação política que não justifica ser reprimida.